

C. de Ministros: previsão de uma discussão longa

A Oitava a 20 de Agosto... A reunião do Conselho de Ministros...

Melo Antunes não vai para Moçambique

ANTUNES não vai para Moçambique... O ministro da Defesa Nacional...

Incorporação militar suspensa em Moçambique

INCORPORAÇÃO suspensa em Moçambique... O ministro da Defesa Nacional...

Fogueteiro — Setúbal será o primeiro passo das novas auto-estradas

SETÚBAL será o primeiro passo... O ministro da Infra-estruturas...

Morais Leitão na TAP?

MORAIS LEITÃO na TAP?... O ministro da Aviação Civil...

Lei eleitoral: comissão propõe lista de indignidades e voto (limitado) dos emigrantes

COMISSÃO propõe lista de indignidades... A comissão eleitoral...

...e voto (limitado) dos emigrantes... A comissão eleitoral...

Pontos controversiais

Pontos controversiais... A comissão eleitoral...

Muito para quem não se lembra

Muito para quem não se lembra... A comissão eleitoral...

A independência da Guiné-Bissau para 12 de Setembro e a neutralidade da Frelimo

A INDEPENDÊNCIA da Guiné-Bissau... O ministro da Defesa Nacional...

...e a neutralidade da Frelimo... O ministro da Defesa Nacional...



Onde reside o Poder em Portugal? Isto não se resolve à pancada Editorial

A Frelimo vista por dentro com Samora Machel a fazer a crítica e auto-crítica

A Frelimo vista por dentro... O ministro da Defesa Nacional...

Junta e C. de Estado não tomaram (ou não revelaram) decisões importantes

JUNTA e C. de Estado não tomaram... O ministro da Defesa Nacional...

...ou não revelaram) decisões importantes... O ministro da Defesa Nacional...

Promotores do MDE/S: "Não há dinheiro ao canto da gaveta"

PROMOTORES do MDE/S: "Não há dinheiro... O ministro da Defesa Nacional...

...ao canto da gaveta... O ministro da Defesa Nacional...

...de Estado não tomaram... O ministro da Defesa Nacional...

"Todos lutamos para que a descolonização da Guiné seja marco exemplar na história de Portugal e de África"

— declarou ao EXPRESSO o brigadeiro Fabião

BRIGADEIRO Costa Fábiao... O ministro da Defesa Nacional...

...o brigadeiro Fabião... O ministro da Defesa Nacional...

...de Portugal e de África... O ministro da Defesa Nacional...

OMEGA COSMIC 2000. Um novo conceito em relógios Imprescindíveis. Includes image of a watch.

24 horas em notícia

Os de Ministros: previsão de uma discussão longa

EMBORA A QUE encerramos esta edição, o Conselho de Ministros mantém-se reunido em S. Bento.

A agenda desta sessão leva a crer que se trata de mais uma "sala-tela". Na verdade, entre outros assuntos, está prevista a discussão dos diplomas relativos às associações sindicais e patronais, à regulamentação da contratação colectiva, ao direito de greve e às rendas de casa.

Logo o primeiro destes diplomas, quando chegar a sua vez de ser discutido, provocará decerto uma prolongada discussão entre os partidários de um sindicalismo "monolítico" e os defensores de um sindicalismo "pluralista". O problema é sem dúvida importante e é até de presumir que os membros do Governo não chegam a uma conclusão na sessão de ontem.

Melo Antunes não vai para Moçambique

INTERROGADO pelo EXPRESSO sobre a sua ida (ou não ida) para Moçambique, como presidente de uma Junta Governativa, o ministro sem pasta, major Melo Antunes respondeu-nos, através de um dos membros do seu gabinete, que "já não está, em princípio nomeado para Moçambique".

Como se sabe, ao longo da semana que hoje termina, o nome de Melo Antunes foi sucessivamente apontado e desmentido para o desempenho em Lourenço Marques de cargo semelhante, embora não necessariamente igual ao de Rosa Coutinho em Angola.

Incorporação militar suspensa em Moçambique

LOURENÇO MARQUES (do nosso correspondente Azeite de Fritas) — Por determinação superior foi suspensa a incorporação de sete mil jovens que iam fazer a recrutada na Escola de Preparação Militar.

A decisão, que não se sabe por quanto tempo prevalecerá, está ligada, segundo os observadores, ao actual momento político militar e à transferência de unidades até aqui destacadas no interior para os centros urbanos "por razões de ordem tática". Na maior parte dessas zonas passaram a exercer acções de vigilância os guerrilheiros da FRELIMO.

Fogueteiro — Setúbal será o primeiro passo das novas auto-estradas

EMBORA AINDA sujeito a decisão pelo Conselho de Ministros, o projecto indica que a "Brisa" continuará a ser a concelularia do projecto das auto-estradas.

A confirmar-se este facto ficará definitivamente arrumado um problema que se vem arrastando desde a atribuição da referida concessão pelo antigo regime.

Segundo nos informaram do projecto inicial irá existir, entre outras alterações e o primeiro troço a ser construído será Fogueteiro — Setúbal, o que irá dar um grande apoio ao desenvolvimento industrial da margem Sul.

Morais Leitão na TAP?

CONTINUA EM SUSPENSO o problema do preenchimento dos lugares do Conselho de Administração da TAP. Depois de várias consultas, o ministro do Equipamento Social, coronel Fernandes, parece concentrar as suas atenções e solicitações ao nome do dr. João Morais Leitão, administrador da companhia de seguros Mundial e homem forte do grupo Champalimaud, para a presidência dos Transportes Aéreos Portugueses. O outro nome de que se fala, o do eng. Amílcar Marques, também tem, aliás, ligações com António Champalimaud.

A independência da Guiné-Bissau para 12 de Setembro e a neutralidade da Frelimo

A PRESENÇA de Mário Soares e Almeida Santos, em Argel, para onde partiram na quinta-feira, sem alarde nem títulos de imprensa, leva a pensar na utilidade dos derradeiros preparativos do reconhecimento formal da independência da Guiné para muito breve. Conjugando as nossas fontes de informação provenientes de Conakri (meios do PAIGC) com a reabertura da ONU a 19 de Setembro, preve-se que será no dia 12 de Setembro, o que representaria, aliás, uma homenagem a Amílcar Cabral, por ser o dia do seu nascimento Amílcar Cabral, o homem-alicerce da independência, carisma para o povo da

Guiné, é venerado em todo o território como o libertador. Veja-se, a este propósito, o que escreve nas págs. 4 e 5 o nosso enviado especial à Guiné-Bissau.

Alto comissário para Moçambique?

Embora as perturbações que têm afectado a vida política portuguesa ao nível dos órgãos detentores do poder e respectivas avenidas de acesso (veja págs. 10 e 17) hajam ralentado o processo da descolonização em curso, pensa-se que, logo a seguir ao reconhecimento formal da independência da Guiné, serão ratificadas por Lisboa as bases con-

certadas em Dar-es-Salam entre a Frelimo e a delegação portuguesa, composta, como já é do conhecimento público, pelo major Melo Antunes e pelos drs. Mário Soares e Almeida Santos. O ministro sem pasta, major Melo Antunes, vem desempenhando papel de relevo na condução do processo de descolonização, deslocando-se constantemente a diversos países da Europa e África, a maior parte das vezes conseguindo fugir à vigilância dos meios de comunicação social.

Espera-se para breve a constituição de um governo transitório em Moçambique que, a verificarem-se os termos do acordo material de Dar-es-Salam, será constituído por uma espécie de Alto Comissário, um governo com a maioria de elementos da Frelimo e uma estrutura militar composta de militares portugueses onde se poderão integrar inclusivamente, comandantes da Frelimo.

Quanto à participação no governo de elementos da Frente de Libertação, a Frelimo ainda continua, segundo as nossas fontes provenientes de Dar-es-Salam, com hesitações várias, derivando estas sobretudo do facto de não se conhecer com suficiente clareza quem são os verdadeiros detentores do poder em Portugal. Para esta organização guerrilheira, habituada a distinguir, durante todos estes anos de luta, o Governo do poder (nem sempre os homens que estão à frente do executivo gozam do poder real e, em termos de negociações, importante é celebrá-las

com quem detém o poder) parece ser ponto assente e desejável a permanência de tropas portuguesas em Moçambique durante mais três ou quatro anos por uma questão de salvaguarda da ordem pública, cortando assim as aspirações de movimentos entretanto surgidos na cena política moçambicana, que se batem pela constituição de um exército africano à base de antigos combatentes e novos, elementos em idade de serviço militar. Esses militares portugueses ficarão, entretanto, enquadrados na nova ordem, colaborando na construção do novo país.

Não ingerência nos países vizinhos

Segundo fonte autorizada da Frelimo com quem EXPRESSO entrou, estes dias, em contacto, Jorge Jardim e Joana Simelão pediram, em carta, a respectiva admissão naquela organização, não tendo obtido qualquer resposta. Parece que Jorge Jardim (Joana Simelão também) é, de facto pessoa nos grata. Obtivemos confirmação que a Frelimo sempre teve conhecimento do Plano de Lusaka por nós divulgado em entrevista com Jardim na passada semana, mas, segundo o nosso informador, o eng. Jorge Jardim era apenas seguido com atenção, para ver até onde chegava um homem que podia, eventualmente, ser porta-voz de bastidores do governo de Marcello Caetano erredado até aos ossos na guerra colonial. No entanto, a Frelimo afasta qual-

Continua pág. 16

Neutralidade da Frelimo

Continuação pág. 1

quer hipótese de colaboração com Jorge Jardim, pois, segundo a mesma fonte, o considera autor de variadas e múltiplas manobras, criador e instigador dos célebres GES e de outros grupos paramilitares. Não têm, por conseguinte, viabilidade os rumores que esta semana correram, em Lisboa, segundo os quais a Frelimo desejaria impor Jardim como primeiro-ministro de Moçambique ao próximo governo.

Pela mesma fonte autorizada nos foi garantido que a Frelimo, uma vez no poder, manterá uma rigorosa atitude de neutralidade

em relação aos vizinhos. Mais precisamente, interrogado sobre boatos postos a circular no Malawi, segundo os quais a Frelimo estaria disposta a intervir neste país para destronar Banda, Samora Machel respondeu ao jornalista:

«De maneira nenhuma. Isso são coisas do Malawi. Se constitui problema para o povo do Malawi, é povo do Malawi quem tem de o resolver. Somos pela não ingerência nos negócios dos outros países». Entretanto sabemos, também, de fonte autorizada que a África do Sul estudia a hipótese de negociar com a Frelimo a energia de Cabora.Bassa.

Promotores do MDE/S: "Não há dinheiro ao canto da gaveta"

"DINHEIRO ao canto da gaveta não há, mas as nossas empresas ainda têm algum crédito cá dentro e lá fora". Foi assim que José Manuel de Mello, um dos promotores do MDE/S, respondeu, quando lhe perguntaram qual a parte com aquele grupo conta participar no financiamento dos 120 milhões de contos do investimento que se propõe lançar.

Isto passou-se numa conferência de imprensa ontem realizada no Hotel Albi, através da qual os fundadores do MDE/S pretendiam esclarecer a opinião pública sobre o seu ideário e propostas de acção.

Primeira nota digna de registo, a ausência de dois dos 14 promotores do MDE/S, o industrial António Champalimaud e o banqueiro Manuel Ricardo Espírito Santo.

Algumas das perguntas postas pela assistência (haviam muitos não jornalistas) incidiram sobre o significado desta tomada de posição, e se o "mea culpa" que ela representa não viria um pouco tarde. Os empresários ripostaram por intermédio de João Morais Leitão e Luís Barbosa que rejeitaram o carácter de "mea culpa" da sua atitude pois isso não teria qualquer razão de ser; o público citou afirmações que ouvira a jornalistas na Televisão de que tinham de responder a sua profusão devido à nova situação existente em Por-

tugal. Para Luís Barbosa também os empresários têm que responder a sua profusão.

Abordou-se também a tradicional questão das ligações do poder económico com o regime depois, a que os visados ripostaram por considerarem que o poder político pós-25 de Abril coartava a liberdade de acção de iniciativa privada como forma de sustentação daquele poder político.

Claram a propósito o caso dos produtores de trigo cujas produções eram subsidiadas pelo Governo dependendo a concessão desses subsídios do "bom comportamento político" daqueles produtores.

O já famoso tema da criação dum clima de confiança propício ao desenvolvimento de actividade económica, mormente no que toca ao investimento, foi abordado, considerando o grupo de empresários em questão que a sua atitude pode desempenhar um papel importante a esse respeito na medida em que constitui um exemplo para os mais imorais.

Como comentário geral pode dizer-se que se falou muito e se disse muito pouco, o que já seria de esperar. Aliás, de empresários, interessa mais aquilo que eles fazem, ou não fazem, do que aquilo que dizem. Isso é "public relations". (ver pág. 14)

Empresários "Oferecem" 120 milhões de contos

FORAM recebidos na passada quarta-feira pelo Primeiro-Ministro vários empresários, representantes dos grandes grupos económicos portugueses, a quem apresentaram uma análise sobre a situação económica acompanhada de um vasto conjunto de projectos "que poderão contribuir decisivamente para a reactivação da economia portuguesa".

Os projectos concretos que ali se incluem, muitos dos quais em vias de realiação, representam um investimento de mais de 120 milhões de contos, originando, a médio prazo, a criação de cerca de 120 mil novos empregos.

Oficialmente, ainda não houve qualquer resposta por parte do Governo, embora o ministro Rui Vilar tenha declarado ao EXPRESSO que considerava tal atitude como "um sinal positivo de adaptação dos empresários aos novos tempos".

A proposta pode ser interpretada como uma reacção do sector privado às acusações de passividade e retraimento que vinham sendo alvo perante a nova situação. Como tal, causou um forte impacto junto da opinião pública em geral.

No "dossier" apresentado às autoridades governamentais são discriminados os vários projectos que o Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade se propõe realizar, e que se distribuem por sectores que vão desde o turismo até à metalurgia, passando pela agricultura, química, construção civil, têxteis, etc..

O objectivo prioritário, a curto prazo, do MDE/S é procurar garantir emprego a todos os portugueses, e daí a sua preocupação imediata pelas sectores que ocupam a grande parte da população activa portuguesa, como sejam a agricultura, construção civil, têxteis, vestuário e calçado, metalurgia e metalomecânicas.

Outro ponto a que no seu célebre relatório dão grande importância é ao estabelecimento de "um clima de confiança", afirmando que procuram com o seu exemplo "trazer para os empresários, para os detentores das pequenas empresas e para os próprios consumidores esse estado de espírito confiante na evolução para uma democracia institucionalizada de tipo europeu ocidental". Segundo o MDE/S será necessário para tal sejam tomadas "decisões rápidas por parte da administração pública, embora ponderadas nas suas múltiplas implicações", se proceda

à "definição de uma política económica e financeira que clarifique dentro dos limites possíveis do período actual os objectivos prioritários e imponha quaisquer medidas arbitrárias que possam vir a ser propostas", bem como à "clarificação e reactivação urgente do mercado financeiro tanto no que respeita ao crédito a curto, médio e longo prazo, como ao mercado de títulos e aos fundos de investimento mobiliários e imobiliários". Por outro lado, acentuam que será ainda preciso legislar sobre as relações de trabalho e estabelecer "o diálogo permanente da administração pública com os empresários, e não uma exclusiva actividade de gabinete com as suas inevitáveis consequências".

RELAÇÕES COM OS PAÍSES AFRICANOS

Acerca deste assunto, a posição do MDE/S refere que "o processo de descelosização não constitui o termo das nossas responsabilidades com a Guiné, Angola e Moçambique.

Pelo contrário, é nossa obrigação contribuir para a reconstrução destes novos países.

Não é possível abandonar as populações que ali se encontram, nem é admissível que depois de consumir cerca de 45 por cento do orçamento durante 13 anos no esforço da guerra, recusemos uma despesa semelhante nos próximos anos, mas agora na construção de países independentes.

De imediato, tal decurso agravará os problemas internos da economia portuguesa mas, a médio prazo, a situação de Portugal será bem diferente se assumirmos as nossas responsabilidades de colaborar no desenvolvimento económico e social desses países".

A exposição termina afirmando que "isoladamente o MDE/S nada poderá fazer para concretizar as suas intenções. Mesmo que tivesse os recursos necessários para concretizar os seus projectos, só um esforço colectivo de todos os portugueses lhes pode dar a dimensão nacional, sem o que perdem a sua significação". Neste sentido, o MDE/S "espera poder colaborar activamente com as autoridades governamentais e com as instituições directamente ligadas à vida económica para que se encontrem as formas correctas de um esforço conjunto de revitalização da economia e de um efectivo desenvolvimento económico ao serviço de todos os portugueses".

Fabião, Carlos

Entrevista com o brigadeiro Fabião

"Todos lutamos para que a descolonização da Guiné seja marco exemplar na história de Portugal e de África"

Do nosso enviado Victor Dimas

— declarou ao EXPRESSO o brigadeiro Fabião

O BRIGADEIRO Carlos Fabião é responsável pela intervenção portuguesa no processo de descolonização da Guiné. Acompanhando as funções de encarregado à Governo e de Comandante Militar, é figura extremamente conhecida na Guiné, cujo território conhece palmo a palmo. Colocado na Guiné em substituição do anterior governador, que lá foi enviado para a metrópole pouco depois da queda do regime de Lisboa, o brigadeiro Fabião é um elemento do MFA perfeitamente integrado na situação político-militar que conduzirá ao encobimento «de jure» do novo país africano.

Como conhecedor dos complexos e quase incoercíveis problemas que existem na Guiné em resultado de progredir da descolonização, o brigadeiro Carlos Fabião nos posuimos as questões que, no momento, nos pareceram mais

carecer de resposta. Eis o resultado da entrevista e do que ficou (e não ficou) por ela esclarecido:

EXPRESSO — Que vai acontecer às empresas que existem na Guiné, (nomeadamente Gouveia, Ultramarina, outras)? Já foi definida alguma linha de inserção nos futuros esquemas económicos da República?

CARLOS FABIÃO — Quanto à primeira parte da sua pergunta, penso que não é a mim que compete responder. No entanto, julgo que dentro da linha de orientação anunciada pelos representantes do PAIGC, todos aqueles que queiram trabalhar, para um maior desenvolvimento da Guiné serão recebidos de braços abertos. Quanto à segunda parte, o assunto diz respeito directamente às próprias empresas e ao PAIGC.

EXPRESSO — Que linhas de orientação se preveem para o BNU? Será nacionalizado? Subs-

tituído por um Banco Nacional da Guiné? Transformado em Banco Comercial?

CARLOS FABIÃO — Esse assunto reveste aspectos tão peculiares que como facilmente poderá perceber, estão para além da minha esfera de acção neste momento.

EXPRESSO — Que contactos foram já feitos, ou em vias disso, para uma cooperação Governo Português - PAIGC, nas futuras estruturas económicas? Que condições se propõem oferecer aos técnicos portugueses que estão em comissão civil e cuja contribuição em vários domínios parece interessar ao PAIGC?

CARLOS FABIÃO — Mais uma vez parece que a pergunta me ultrapassa. A minha função é aplicar ou fazer aplicar normas que o Governo que represento emanará. No entanto, como deve calcular,

as negociações finais entre o Governo Português e o PAIGC, ainda não se concluíram, e si sim, se o futuro Estado de Guiné-Bissau o quiser, e de acordo com as possibilidades do Governo Português poderá equacionar-se concretamente qual a cooperação possível e como se desenvolverá. Mas como é fácil de constatar desde que se vá ao interior da Guiné, a ligação entre as nossas tropas e os elementos do PAIGC, quer combatentes, quer comissários políticos ou mesmo outros, são totais.

O melhor espírito de cooperação e compreensão reina na Guiné.

Creio que desta forma respondi globalmente à sua pergunta.

EXPRESSO — Como tem reagido a população civil europeia, (após o esboço de êtudo inicial), à ideia de uma integração nos esquemas sócio-económicos do futuro Estado?

CARLOS FABIÃO — Com efeito, também na Guiné se viveram os problemas que o estabelecimento da liberdade infalivelmente arrasta consigo, quando o povo dela se encontra arredado há muito tempo.

Problemas estes a crescer a todos os que um processo de descolonização provoca, principalmente devidos a uma natural incerteza quanto ao futuro e a um receio justificável pela segurança de pessoas e bens, frutos do desconhecimento das intenções dos futuros governantes.

Naturalmente, que estes problemas não são do que crises de crescimento das sociedades e por essa óptica deverão ser encarados.

Actualmente as posições clarificam-se e a normalidade voltou à Guiné, nomeadamente entre a população civil europeia, que com efeito pretende trabalhar e fazer

a sua vida nesta terra.

EXPRESSO — Que contribuição técnica, administrativa ou outras tenciona o Governo Português oferecer, a que níveis e em que condições? Qual a importância reservada ao capítulo médico-sanitário nessa possível ajuda?

CARLOS FABIÃO — Quanto à contribuição que o Governo português oferecerá, já lhe disse anteriormente que as formas de cooperação terão de ser estabelecidas pelos Governos de mútuo acordo, coordenando as solicitações da República Guiné-Bissau e as possibilidades da República Portuguesa.

EXPRESSO — Parece ser intenção dos quadros do PAIGC basear a economia da República

Continua pág. 16

Continuação pág. 1

na intensa exploração agrícola. Engenheiros Agrónomos e regentes agrícolas terão já sido contactados ou convidados para tomar parte nessa actividade?

CARLOS FABIÃO — Não tenho conhecimento de iniciativas promovidas pelo PAIGC nesse sentido.

EXPRESSO — E o sector educacional? Aproxima-se o início das aulas; professores, programas escolares, livros, funcionamento dos estabelecimentos de ensino, como vão processar-se?

EXPRESSO — Pelo que se infere das respostas anteriores, quanto ao sector educacional ou outro qualquer, aguarda-se a celebração de acordos entre os dois Governos, para se proceder então à concretização da política que ficar estabelecida.

EXPRESSO — No processo

de transmissão de poderes já em curso que parte do material (não bélico) é deixada juntamente com as instalações? Haverá algum plano de cedência de material de guerra?

CARLOS FABIÃO — Quanto ao material não bélico, tudo depende das circunstâncias e do tipo das instalações a entregar.

No entanto, posso esclarecê-lo que as instalações que até agora foram entregues, civis ou militares, são-nos nas mesmas condições em que por nós eram utilizadas.

Quanto ao material bélico, é assunto a definir em negociações a nível governamental.

EXPRESSO — Julgamos saber que determinados aspectos da desmilitarização em curso têm causado problemas ao Comando-Chefe, (nomeadamente Bambo-dinca e Nime). Estão sanados esses incidentes? Em que termos?

CARLOS FABIÃO — Completamente, se de incidentes se pode falar.

Isto é confirmado, aliás, pela atitude unânime tomada e expressa num comunicado assinado pelos Oficiais do Batalhão de Comandos Africanos em relação ao assunto desmilitarização da tropa africana.

EXPRESSO — Confirma-se ou não a iminência de uma aceleração no embarque de tropas para Portugal até ao fim do ano, de forma a serem retiradas por completo nos próximos 4 meses? O PAIGC está interessado na permanência de certos efectivos portugueses?

CARLOS FABIÃO — Dado não se saberem ainda os termos em que os dois Governos acordarão o tipo de cooperação a estabelecer, não lhe posso responder, até porque não sei, se ficarão ou

não efectivos portugueses na Guiné. No entanto, não me parece provável que isso venha a acontecer, nomeadamente por declarações prestadas aos órgãos de Informação por altos responsáveis da Direcção do PAIG, afirmando o desejo da nossa retirada, e porque com efeito não me parece coerente a manutenção de efectivos militares de uma Nação estrangeira, numa outra, e que seria o caso. No entanto, o espírito de cooperação verdadeiramente notável, evidenciado durante este período por ambos os povos na concretização do processo iniciado com a descolonização da Guiné, permite-me aguardar com confiança, que os dois Governos encontrarão a solução mais justa e digna, salvaguardando todos os interesses legítimos.

EXPRESSO — Em que fase se encontram os contactos ten-

denes à inclusão de quadros do PAIGC em sobreposição com os existentes em Bissau, nos sectores militar e civil?

CARLOS FABIÃO — Quanto a esses assuntos, teremos que aguardar instruções emanadas do Governo Central.

EXPRESSO — Outros aspectos que V. Ex.ª, entenda dever comentar como acessórios importantes no processo de descolonização decorrença?

CARLOS FABIÃO — Em primeiro lugar, o modo ordeiro e eficaz como a descolonização está a ser encarada e promovida, tanto pelas nossas tropas como pelos elementos do PAIGC.

Finalmente queria realçar o facto de que todos sem excepção, lutamos para que a descolonização da Guiné, seja um marco exemplar e fundamental, não só na História de Portugal, mas também na História da África.

Semana Nacional

Remodelados os programas do ensino primário, secundário e preparatório

O ANO LECTIVO que se avizinha terá novos programas no ensino primário, preparatório e secundário, caso seja aprovado um projecto apresentado ao Ministro da Educação e Cultura pela Comissão de Estudos da Reforma Educativa.

A Comissão, que reiniciou os trabalhos em 23 de Julho, depois da nomeação do prof. Magalhães Godinho, realizou este trabalho com a colaboração de cerca de uma centena de professores.

Alguns dos programas foram totalmente substituídos (casos de História e Música), enquanto outros foram remodelados nos seus aspectos ideológicos tendo ainda em vista uma maior actualização e articulação dos vários sectores de ensino. As modificações efectuadas aproximam o ciclo complementar do ensino primário com o ciclo preparatório e propõe uma unificação dos programas das disciplinas comuns do ensino liceal e técnico. Recordar-se que já antes tinha sido anunciada a remodelação do ciclo complementar dos liceus, com a obrigatoriedade do Português para todos os ramos, e a criação duma nova disciplina: Introdução à Política.

Comissão de inquérito às violências do Regime deposto

A POSSIBILIDADE de "habeas corpus" para indivíduos sujeitos ao foro militar foi eliminada por decreto do Conselho de Ministros, que aprovou também um projecto de diploma em que é criada uma Comissão Nacional de Inquérito funcionando no âmbito do Ministério da Justiça.

São atribuições dessa Comissão indagar do fundamento das queixas que lhe sejam apresentadas ou de que haja notícia pública, sobre abusos de poder, violências contra as pessoas, práticas de corrupção, ocorridas entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974.

Funcionários expulsos podem pedir reintegração

A COMISSÃO de reintegração dos funcionários públicos, instalada no Palácio de S. Bento, anunciou que podem requerer o ingresso nos respectivos serviços, os funcionários públicos afastados por motivos políticos antes do 25 de Abril. A referida comissão apela para todas as entidades civis ou militares no sentido de lhe ser concedida a colaboração necessária para uma eficaz prossecução dos respectivos trabalhos.

Açúcar desaparece

COMO POR ENCANTO, o açúcar desapareceu esta semana dos armazenistas e das mercearias. A corrida ao açúcar ainda existente, motivou as já habituais "bichas" numa altura em que se anuncia o aumento de preço do produto. No entanto, e devido ao facto de não ter sido publicado no "Diário do Governo" o diploma que fixa os novos preços, os produtores e intermediários estavam a reter a mercadoria, esperando pela efectiva legalização das medidas tomadas. O resultado é o desaparecimento do açúcar no mercado, e as inevitáveis especulações e inquirições em volta do assunto.

Inquérito ao Serviço de Formação Profissional

FOI instaurado inquérito pelo ministro do Trabalho à actividade do Serviço de Formação Profissional do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.

A este serviço compete a abertura e funcionamento dos Centros de Formação Profissional, cujos encargos financeiros representariam uma grande percentagem do orçamento do Estado.

O presente inquérito, segue-se a uma série de visitas efectuadas pelo capitão Costa Martins aos referidos centros, nos quais foram detectadas deficiências, nomeadamente na organização dos cursos e nos materiais utilizados, bem como no aproveitamento dos circuitos de produção.

Ficam suspensos os aumentos para funcionários do Estado que ganham mais de 7500\$00

OS FUNCIONÁRIOS públicos que ganhavam 7500\$00 ou mais, não receberão, por enquanto, os aumentos anunciados para todo o funcionalismo do Estado.

Com efeito, e em virtude de se manter em vigor a estabilização de remunerações referida no Decreto-Lei n.º 217/74 de 27 de Maio, ficam suspensos os aumentos para os vencimentos iguais ou superiores a essa quantia, de acordo com o texto de decreto-lei publicado que regula a actualização dos vencimentos de todo o funcionalismo público.

Nesse mesmo decreto se afirma que, em 1975, serão estabelecidas distorridades, depois de efectuados os estudos necessários pelo Secretariado da Administração Pública em colaboração com a Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Manifestação da Extrema-ésquerda

"UNIDADE POPULAR contra a guerra e o fascismo", "Morte à PIDE — Justiça Popular" e "Independência para as Colónias, 15!", foram alguns dos slogans gritados por cerca de um milhar de manifestantes da extrema-esquerda, em frente à Penitenciária de Lisboa, numa manifestação contra a reacção e a guerra colonial que incluiu jovens pertencendo a diversos grupos os quais distribuíam comunicados à população durante o percurso efectuado (Penitenciária, Rato, Rua Castilho e novamente Penitenciária.)

Não houve qualquer intervenção policial, embora em frente da Penitenciária tivesse sido estabelecido um cordão por 300 homens do R.A.C.

A vida política em 3 quadrantes

OPINIÃO

Do discurso de Vasco Gonçalves à actividade intensa

A SEMANA política (e muito particularmente a semana partidária) começou com as repercussões do discurso de Vasco Gonçalves. Ao mesmo tempo eram divulgados o aumento de vencimentos do funcionalismo público e o aumento de preços de vários produtos essenciais (de que o EXPRESSO já falou em números anteriores).

A opinião pública portuguesa acenou sem grandes perturbações o discurso de Vasco Gonçalves, apesar do panorama sombrio que este, honestamente, lhe traçou.

As perspectivas de próximas dificuldades económicas e sociais, expostas publicamente sensibilizaram vários sectores da sociedade portuguesa para as tarefas prioritárias da política governativa.

Logo depois do discurso, os partidos políticos da coligação divulgaram as suas posições sobre as matérias que ele tinha abordado. O Partido Socialista apoiou as declarações do primeiro-ministro, tal como um porta-voz qualificado do Partido Comunista Português. De igual modo se pronunciou o Partido Popular Democrático, que também chamou a atenção do Governo e da opinião pública para a urgência de certas medidas, ainda não tomadas, impostas pelos indicadores menos positivos já disponíveis da actualidade sócio-económica portuguesa.

Paralelamente, os mais diversos órgãos de informação destacavam, em termos elogiosos, largas passagens do discurso de Vasco Gonçalves, que foram retomadas e desenvolvidas por vários membros do Governo.

Os partidos da direita, ausentes da coligação no poder, guardaram de Conrado o prudente silêncio, não fazendo qualquer



referência pública nem ao discurso, nem às linhas de política económica e financeira definidas e em execução.

Os observadores externos consideraram positiva a mensagem de Vasco Gonçalves, apesar da dificuldade do tema, e de alguma

deficiência de forma de expressão visível na fala do primeiro-ministro.

Uma entrevista

Também deu que falar na presente semana a entrevista conce-

didada pelo general Galvão de Melo a um semanário de direita durante a semana anterior. O general Galvão de Melo foi, assim, duramente atacado por vários jornais diários e hebdomadários, que consideraram muito reaccionárias as ideias que expôs naquela entrevista.

As atitudes do general Galvão de Melo têm sido motivo de permanente discussão desde há mais de dois meses a esta parte. A novidade desta entrevista é o facto de ela significar, de alguma maneira, a identificação dos seus pontos de vista com os de correntes políticas claramente definidas no xadrez português.

Actividade intensa dos Partidos

Apesar do tempo estival que atravestamos, prossegue a actividade intensa dos mais diversos partidos políticos, sobretudo dos partidos da coligação.

Assim, no espaço de tempo que decorre do começo da semana passada até ao termo da próxima semana, o Partido Socialista promoveu ou promoverá reuniões em Braga e Coruche (19), Figueira da Foz (20), Seixal (21), Picheleira (22), Matosinhos (23), Teijeiro (23), Figueira da Foz (24), Vila Praia d'Ancora (25) e Povos de Santa Iria (25).

Quanto ao Partido Comunista, promoveu ou promove reuniões de esclarecimento no Laranjeiro (21), em Alcazes (22), em Sesimbra e S. João do Estoril (23), e no mesmo dia em Orlhão.

Por sua vez, o Partido Popular Democrático promoveu ou promoverá as seguintes reuniões ou comícios: Campelos e Leiria (20), Sesimbra (22), Batalha, Caravelos, Colares e Praia de Santa Cruz (23), S. Mamede de Ventosa e Alcanhões (24), Vouzela (25), Alcazer do Sal (27), Costa da Caparica, Arruda dos Vinhos e Vermelha (28), Sines e Figueira da Foz (29), Vila Nova de Gaia e

Corpebe (11).

Por sua vez, os partidos que não se encontram no poder também têm promovido este tipo de actividades, como o Partido Liberal em Cascais, e o Partido do Centro Democrático Social em Fátima (20), Póvoa do Varzim (21), Loulé (23), Monte Gordo (24) e Portimão (25). Por seu turno o Partido Popular Monárquico promoveu reuniões em Barcelos e em Alenquer.

Finalmente o MES realizou o seu primeiro comício alargado em Lisboa.

Se a actividade em geral tem sido intensa, em particular dois pontos realçaram na semana que acaba. Por um lado, os trabalhos dos três partidos no poder no sentido da escolha dos nomes para governadores civis e governadores substitutos. Por outro lado a continuação das diligências em curso por parte de alguns dos partidos da direita com vista à sua unificação num só partido de direita radical. Embora se espere há mais de uma semana a divulgação do protocolo final e das personalidades que encabeçarão este partido, pouco transporeu ainda para os órgãos de informação.

O MDP/CDE continua a patrocinar várias reuniões de esclarecimento e tem sido também ouvido sobre a nomeação de governadores civis.

Círculos bem informados falam da possibilidade de muito brevemente, em algumas comissões distritais do MDP/CDE virem a ser discutidas propostas apresentadas pelos representantes do Partido Socialista fundamentais para o futuro daquela Associação Cívica. Em alguns pontos do país, o MDP/CDE propôs aos partidos uma nova composição das suas comissões, integrando três membros de cada partido e seis personalidades independentes. Esta proposta não parece ter sido bem aceite pelo Partido Comunista Português.

Lançamento infeliz de uma confederação

A SEMANA sindical foi marcada por dois principais acontecimentos: a aproximação do plenário nacional da Interindustrial e o lançamento público da Comissão Pró-Confederação dos Sindicatos Livres (CSL).

O primeiro, a decorrer neste fim de semana no Hotel Altis, reveste-se de particular significado pelo que permitirá de reequacionar de objectivos e meios de acção da única Confederação Sindical existente no nosso país. Agrupando inúmeros sindicatos e imprimindo à acção sindical uma perspectiva globalista (recorde-se as tomadas de posição sobre o direito à greve e ao «lock-out»), a Interindustrial constitui um grupo de pressão sócio-político muito importante, tanto mais que esse seu poder se consolidou durante a estadia de Avelino Gonçalves e seus colaboradores no Ministério do Trabalho.

E a CSL?

Depois de um primeiro momento de exclusiva actividade da Interindustrial, surgiu agora a Comissão Pró-Confederação dos Sindicatos Livres (CSL).

O seu primeiro comunicado à população, distribuído no início da semana passada diz: dos Sindicatos Livres (CSL) declara o seu incondicional apoio à política económica constante na comunicação dirigida ao país pelo Primeiro-Ministro, Coronel Vasco Gonçalves, e compromete-se a colaborar para o absoluto e total êxito dessa política para o que proclama:

a) a constituição urgente do maior número possível de sindicatos livres;

b) a constituição urgente do maior número possível de associações patronais (rurais, industriais e de pesca);

c) o diálogo entre os sindicatos livres, as associações patronais e os Ministérios do Trabalho, da Economia e das Finanças, com vista ao objectivo de interesse comum — o milagre económico do espaço português;

d) que se decreta o trabalho obrigatório como medida de saneamento moral;

e) a realização, em Março de 1975, do I Congresso Nacional dos Trabalhadores.

O enunciado dos objectivos proclamados pela Comissão Pró-CSL é, de uma maneira geral, pouco feliz.

A alínea b) exhibe claramente duas metas primordiais de uma Confederação Sindical. Claro que essa Confederação poderá aceitar e considerar até altamente desejável a constituição de associações patronais.

Agora, instituir em ponto primordial a «Constituição urgente do maior número possível de associações patronais» (em que, de resto, é esquecido o sector serviço) dá uma sensação muito pouco curial do que é e deve ser uma Confederação Sindical. Quase parece uma Comissão Pró-Confederação Patronal a falar.

A expressão final da alínea c) é também muito infeliz. Falar no «milagre económico do espaço português» é preferir a linguagem gasta de muitas décadas da extrema-direita em Portugal à linguagem mais precisa e progressista de metas económicas e sociais inequívocas. Até porque se no não compreende o que se quer dizer por «milagre económico».

A alínea d), essa é totalmente incompreensível. Querer-se-a dizer que é urgente e inadiável o trabalhar mais em Portugal.

Então, a forma é pouco expressiva. «Decretar o trabalho obrigatório» tem uma conotação jurídica que nos levaria muito longe. E, ao

mesmo tempo, não toca no essencial que é o ritmo de trabalho e as suas várias formas.

No todo, mesmo sem se conhecer os promotores da iniciativa, ela parece votada a uma pequena receptividade devido ao seu papel muito conservador e à infelicidade manifesta da maior parte dos seus objectivos.

Sindicatos Livres

E, contudo, a ideia dos sindicatos livres, decorrente do exercício da liberdade sindical, em si mesma nada tem de condenável.

Antes a experiência de numerosos países europeus se tem encaminhado para esse pluralismo sindical.

E mesmo em países em que prevalece uma organização unitária, ela tem a preocupação de salvaguardar o pluralismo na base.

Entre nós, até à apreciação do decreto-lei sobre liberdade sindical, resta a realidade. E essa é a de uma Interindustrial, mas também da recente multiplicação de sindicatos livres, visando a confederação, e a filiação internacional.

Os observadores políticos esperam que o novo diploma legal assegure efectivamente a pluralidade de sindicatos, uniões, federações e confederações gerais do trabalho, não impondo monoliticamente o exclusivo de uma só Confederação Geral, nem limitando gravosamente os requisitos para a formação de sindicatos, uniões e federações.

A Comissão Pró-CSL foi infeliz no seu lançamento. Sabe-se, porém, que num projecto similar trabalham várias formas sindicais.

A ver vamos o futuro próximo, bem como se o decreto-lei em causa «G»nte — como já anunciado — a plena liberdade sindical.

Até à nova Lei de Imprensa



NO DECURSO da semana passada, foi divulgado o estado de andamento da Comissão nomeada pelo Governo para a elaboração da Lei de Imprensa.

A Comissão, que iniciou os seus trabalhos no passado dia 12, comunicou que propusera, por unanimidade, ao Ministro da Comunicação Social, a ampla discussão pública do projecto em preparação, num prazo de tempo a fixar. Antes mesmo do termo dos trabalhos da Comissão, promoverá ela o debate, através dos órgãos de informação, de certas matérias controvertidas e encerrar muito em breve.

Lembra-se que este procedimento não só é paralelo ao adaptado pela Comissão da Lei Eleitoral, como vai mesmo mais longe já que até ao momento nenhum comunicado público da proposta definitiva foi divulgado, dificultando o debate sobre essa proposta.

Também se soube, que deliberara propor o envio do anteprojecto à Associação Portuguesa de Escritores e à Associação Livre de Editores e Livreiros, para parecer escrito destas, e eventual participação de seus representantes nos trabalhos da Comissão, em condições a determinar oportunamente.

Unanimidade na generosidade

Ainda de acordo com a nota em apreço a Comissão aprovou na sua primeira reunião o anteprojecto António Sousa Franco - Rui Almeida Mendes, na generalidade e encontra-se a discutir os primeiros artigos na especialidade.

Como se sabe, a aprovação na generalidade de um certo texto significa a anuência em adoptar esse texto como base geral de discussão na especialidade, sem embargo de nesta lhe virem a serem introduzidas alterações, mais ou menos numerosas e profundas.

A Comissão tem-se reunido três vezes por semana, e, de acordo com as palavras de empossamento do Ministro Sanches Osório, tem um prazo curto, que finda a 12 de Setembro (precisamente um mês depois da tomada de posse). Isto quer dizer que lhe restam cerca de seis reuniões ordinárias de trabalho.

A Informação e o MFA

Do Comando-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas foi enviado para os órgãos de comunicação o seguinte comunicado:

«Tendo verificado que alguns

órgãos de informação vêm noticiando de forma «sensacionalista» reuniões do Movimento das Forças Armadas com o Governo e notícias contraditórias sobre a realização de plenários de oficiais, entende-se necessário esclarecer:

1 — Que tais reuniões ou plenários se inserem num contexto de rotina cuja frequência desde o 25 de Abril, vem sendo marcada pela normal evolução dos acontecimentos, estranhando-se, por isso, que apenas agora, especial relevo seja dado a tais notícias que «pecam, algumas xif, por informação nitidamente contraditória.

2 — Que tais notícias provenientes de uma informação indevidamente esclarecida, poderão contribuir para a criação de um clima de instabilidade e confusão e, inclusivamente, serem susceptíveis de exploração por forças interessadas num «desvio» aos objectivos proclamados pelo Movimento das Forças Armadas no seu programa.

Assim, e pelas razões expostas, solicita-se aos órgãos de informação que, de futuro, quaisquer notícias referentes ao Movimento das Forças Armadas, sejam devidamente esclarecidas e confirmadas no Estado Maior General das Forças Armadas através de um porta-voz qualificado da 3.ª Divisão deste Estado Maior General.»

As alusões desta nota foram interpretadas por vários observadores políticos como feitas a dois jornais diários (um matutino e um vespertino) que anunciaram «plenários do MFA» de forma que já fora criticada pelo Brigadeiro Saraiva de Carvalho.

A parte dispositiva da nota é bastante castelosa:

1.º — Não implê, solicita certa actuação dos órgãos de informação;

2.º — Solicita que «quaisquer notícias referentes ao MFA sejam devidamente esclarecidas e confirmadas no EMG das Forças Armadas».

Assim, transparece da nota o objectivo de abstrair só as notícias referentes ao MFA e não comentários ou análises genéricas sobre a conjuntura nacional, em que, eventualmente, caiba a alusão ao MFA.

Também é de acentuar que se solicita o esclarecimento e confirmação dos factos a noticiar sem o intuito de querer criar qualquer mecanismo de censura prévia, com posição correspondente, que exorbitaria do Programa do MFA.

Compreende-se, aliás, o alcance da sugestão: evitar a difusão, como certos, de factos futuros apenas prováveis e sobretudo improváveis, sem adição (embora não vinculativa) de fonte autorizada.

ISTO NÃO SE RESOLVE À PANCADA

A FRASE, tão portuguesa «isto só se resolve à pancada» terá sido dita ou pensada, nos últimos dias, por muita gente responsável. «Isto» significaria o país e a indeterminação de poderes e de rumos em que se encontra; e onde se lê «pancada» poderia ler-se «tiros» ou «força das armas» ou «actos violentos».

Por mais esforços (por vezes contraditórios) que tenham sido feitos pelos mesmos responsáveis para disfarçar ou mitigar os desacordos existentes e as suas eventuais consequências, foi-se avolumando — e não se encontra ainda dissipado — um clima de tensão, alicerçado em factos que se foram conhecendo e, à falta de informação clara, alimentado por boatos desencontrados.

A maioria dos portugueses presende encerrar definitivamente um período da História do seu país e entrar noutro mais esclarecido, mais participante, mais humano. Quem nos proporcionou a possibilidade dessa entrada foram os militares do 25 de Abril. Quem nos abriu a esperança de ela se processar a tempo e em paz foi o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Sabemos que os militares detêm a força. O 25 de Abril demonstrou-o inequivocamente. Mas ter a força não significa automaticamente ter sempre razão. O Programa do M. F. A. é susceptível, nalguns pontos (o que é uma «estratégia antimonopolista»? como se servem as «camadas mais desfavorecidas»? por exemplo) de diversas interpretações. Todos, militares e civis, temos o direito (e a obrigação) de o ler, meditar e comentar, e de fazer as opções críticas que entendermos, sabendo embora que as reformas de fundo só poderão surgir depois de eleições para uma Assembleia Constituinte. O facto de, para uns, essas opções serem de um tipo e, para outros, de tipo diferente não implica por si a demarcação dos portugueses em dois ou mais campos inimigos prontos a lutas frontais. Pelo contrário, deve representar o primeiro passo para um sã pluralismo e para uma vida política limpa.

Os militares do 25 de Abril não fizeram a revolução para se servirem do poder de facto que conquistaram. Também não a fizeram para serem utilizados pelas forças políticas ou económicas. O 25 de Abril surgiu para dar a Portugal uma vida democrática, «sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação».

Todos os que levaram a cabo o 25 de Abril, todos os que aderiram ao espírito e à prática do Movimento deverão ter bem presente esta frase, constante do preâmbulo do Programa. E dela tirar o corolário lógico: «isto não se resolve à pancada».

QUEM EXERCE O PODER POLÍTICO EM PORTUGAL?

"A política é uma guerra sem efusão de sangue e a guerra uma política sangrenta"

Mao Tse Tung

QUATRO MESES depois do 25 de Abril, a principal pergunta que os portugueses se colocam é esta: "onde reside o poder efectivo em Portugal?"

A resposta a esta questão estará só ligada à orgânica

política-constitucional em vigor? Ou, por outro lado ela serve apenas de fachada a um poder real que, em muito, a ultrapassa?

Se há casos em que a citação de Mao Tse Tung pode ser verdadeira, um deles é o que vivemos ou seja o de

um regime transitório (e por isso mesmo complexo no seu equilíbrio interno de poderes), que salu do movimento militar de 25 de Abril e que esconde nos seus meandros as influências mais variadas de natureza militar.

No princípio era o M. F. A.

No princípio era o MFA, agrupamento heterogéneo do ponto de vista político, unia-o, por um lado, a preparação e a execução do movimento militar que depôs o regime fascista. Por outro lado, era possível congregar as centenas de jovens oficiais em torno de uma proclamação e de um programa, divulgados uma vez triunfante o Movimento.

Como então comentámos, o programa do MFA não era o resultado de um só atributo ideológico. Antes nele emergiam várias influências políticas, que traduziam duas linhas distintas: uma linha socialista e uma linha democrática centrista.

Subido ao poder, o MFA desempenhou papel fundamental durante as três semanas que precederam a formação do Governo Provisório civil. Entretanto, as sucessivas leis constitucionais asseguravam a evolução e entrada em funcionamento de um novo esquema político de cúpula em que o Movimento passou a ter uma presença muito mais apagada. No todo, para além da designação dos membros da Junta de Salvação Nacional, competia-lhe a eleição de sete representantes para o Conselho de Estado.

No entanto, a própria faculdade de escolher dos membros da Junta de

Salvação Nacional era mais teórica do que prática. Com efeito, a escolha fora feita no dia 25 de Abril, e o texto constitucional é totalmente omissivo no que respeita à sua substituição, fora dos casos de morte ou impossibilidade permanente para o exercício das funções. Finalmente, — e admira ver como esta inovação passou quase despercebida aos olhos da opinião pública — pelo novo regimento do Conselho de Estado (peça jurídica complexa elaborada pelo prof. Freitas do Amaral) em tais casos a substituição dos membros da Junta de Salvação Nacional competiria ao Conselho de Estado e não ao MFA.

Tudo o que fica dito já é, por si só, suficiente para se compreender porque, e como, uma estrutura revolucionária vai perdendo peso político à medida que se institucionaliza os novos órgãos constitucionais.

Ao mesmo tempo, o MFA não deixará de ter em funcionamento em S. Bento, a sua Comissão Política Coordenadora, de 25 membros bem como — esporadicamente — as Comissões das três Armas.

Mas duas questões se suscitaram permanentemente: a do alargamento ou não do MFA a todas as Forças Armadas, podendo pedir passagem à reserva os oficiais que não quisessem aderir; e da extinção ou não dessa estrutura encimada pela Comissão Coordenadora.

Por um lado, vários sectores políticos e alguns deles afectos à Presidência da República invocaram que no Protocolo do MFA (documento ainda não divulgado) se explicitava o alargamento do MFA e a extinção da Comissão Coordenadora, até ao presente não cumpridos.

Por outro lado, o MFA alegava que uma e outra medida corresponderiam ao seu desmantelamento, quando cumpria assegurar permanente actividade vigilante dos fautores do 25 de Abril.

Depois de um certo eclipse sob o governo Palma Carlos, o MFA reafirmou a sua vitalidade durante a crise governativa de há dois meses, com a nomeação do novo primeiro-ministro, de alguns membros do governo militares, e com a nomeação de Otelo Saraiva de Carvalho para o Governo Militar de Lisboa e o COPCON.

Com o fundamento do perigo eminente de ataques directos ou indirectos ao seu programa, o MFA reacquiriu uma força actuante.

Entretanto, os trabalhos de reestruturação das várias Armas conduziram à elaboração de listas de oficiais a sanear.

Simultaneamente, com estas provas da força do MFA, verificaram-se sinais (embora ténues) de uma desafecção de certos oficiais da base relativamente à Comissão Coordenadora, e a eleição de mais Conselheiros de Estado que substituíram os colegas nomeados membros do Governo Provisório já deparou com alguns obstáculos. Assim, na Força Aérea a eleição foi repetida com o argumento da não validade de procurações, e só na 2.ª volta foi eleito um oficial da Comissão Coordenadora (por escassa margem de votos).

De resto, há muito que era notória a divergência tendencial entre as várias armas com a Marinha mais à esquerda e a Força Aérea (até ao fim a grande incógnita do 25 de Abril) mais moderada.

No presente instante, e depois do "adiamento" da semana passada, é patente a mudança da Comissão Coordenadora de S. Bento para a Cova da Moura (e depois para a Ajuda?). Também se têm sucedido reuniões com o general Costa Gomes com o Primeiro ministro, com Saraiva de Carvalho.

A Junta de Salvação Nacional, divulgada no dia 25 à noite, desde logo se afirmou muito heterogénea na sua composição. De um lado, três oficiais gerais eram de nítida formação conservadora embora menos ligados ao regime taldo (mas a história dos anos 50, 60 e 70 foi pródiga em exemplos de personalidades conservadoras que se viram confrontadas com o "status quo" existente).

De outro lado dois oficiais eram claramente de orientação de "esquerda". António de Spínola e Costa Gomes apareceram, na-

turalmente, como o fiel de uma balança, que ao invés do MFA, pendia mais para a direita do que para a esquerda.

Enquanto órgão constitucional, o papel da Junta foi sempre sobretudo simbólico. Nas primeiras três semanas mandou menos que a Comissão Coordenadora do MFA, ou melhor mandou a reboque desta. Depois, as actividades do governo e do Conselho de Estado subalternizaram a sua posição.

Se assim é, porque se fala então tanto da Junta de Salvação Nacional? Muito provavelmente porque alguns dos seus membros, prevalecendo-se dessa qualidade, têm dado que falar no panorama político nacional. E isto até pelas funções que têm desempenhado na destruição ou saneamento de estruturas do antigo regime. Outras vezes, a Junta de Salvação Nacional tem servido para dar cobertura institucional a actuações sobretudo inspiradas pelo seu presidente (v. g. suspensão de órgãos da imprensa). Com a partida do Almirante Rosa Coutinho para Luanda, acentuou-se o pendor centrista da Junta.

Constitucionalmente ela tem como função primordial a escolha do Presidente da República de entre os seus membros, o que hipoteticamente, se verificará por morte, incapacidade permanente ou pedido de demissão daquele.

As relações da Junta de Salvação Nacional com o MFA têm-se caracterizado por uma tensão cordata.

O Presidente da República, segundo os presentes textos constitucionais, é e não é o verdadeiro Chefe de Estado. E, na medida em que lhe compete a chefia suprema das Forças Armadas portuguesas e a condução das políticas externa e africana. Não é, na medida em que foi escolhido por uma Junta, por sua vez designada pelo MFA e que tem que repartir poderes com uma complexa estrutura orgânica, que múltiplas vezes, o ultrapassa.

Ora, se esta situação problemática já por si suscitaria melindres a qualquer Presidente da República, por maioria de razão o suscita a um presidente tão zeloso da sua imagem perante o país e o estrangeiro como o General Spínola.

Assim se compreendem, talvez melhor, as vicissitudes que este tem atravessado nos últimos quatro meses. Primeiro quando ainda não era Presidente da República e, tão somente Presidente da Junta de Salvação Nacional. Depois, durante o governo Palma Carlos, em que Spínola se mostrou muito firme no seu entendimento da política africana.

Da sua insatisfação perante o que considerava uma ausência de efectivos poderes seus e do primeiro-ministro resultou o acordo que começou por conceder às propostas Palma Carlos. O debate no Conselho de Estado levou-o a abandonar, sem grande dificuldade esse apoio a que se seguiu a saída de Palma Carlos e a intensa campanha contra ele efectuada.

O período de interregno governativo, saldou-se pelo falhanço da ideia — Firmino Miguel para a chefia do governo e pelos receios que representaram para o Presidente as nomeações patrocinadas pela Comissão Coordenadora do MFA.

Em fins de Julho novo passo é dado ao arripio das primitivas intenções de Spínola: o discurso de 27 de Julho sobre a descolonização africana.

Perante as perspectivas das relações entre órgãos do

poder soberano, o general tinha, em hipótese, duas saídas possíveis: aceitar o apagamento relativo da sua posição, mantendo-se primus inter pares, de uma estrutura movida por outrem, cabendo-lhe sobretudo um papel representativo interno e externo, ou reafirmar a sua influência determinante, por muitos considerada em declínio.

Para esta segunda alternativa, o espaço de manobra disponível era limitado. Abrangia, por um lado, o tentar ultrapassar o obstáculo representado pela estrutura do MFA, medianeira permanente entre si e as Forças Armadas, e, por outro lado, uma ruptura total com a orgânica vigente que atemorizaria talvez os que se preocupassem com o impacto interno e externo dessa ruptura.

Quanto ao curto-circuitar do MFA ele poderia ser preparado por visitas contínuas às unidades, os contactos com os comandos, a nomeação de comandos de confiança pessoal e finalmente pela exigência da dissolução da estrutura do MFA. No que Spínola teria como aliados objectivos senão também subjectivos o número crescente de oficiais do Movimento, preocupados com a linha de orientação da Comissão Coordenadora.

Quanto à ruptura ela poderia ser legal ou militar. A incerteza acerca dos campos em confronto, e a indefinição de muitas das coordenadas da jogada parecem, neste instante, demover a maioria das Forças Armadas de acções militares daquele tipo, pelo

que a ruptura legal pareceria a mais provável.

E essa ruptura traduzir-se-ia no pedido de demissão à Junta de Salvação Nacional, eventualmente perante o Conselho de Estado. Pensando no receio e perturbação que a ruptura provocaria em todos os sectores, o demissionário poderia colocar condições para continuar e que correspondessem, em suma, à extinção do MFA e ao reforço dos seus poderes pessoais.

Como é evidente, qualquer destas jogadas necessária para ter hipótese de sucesso de ser jogada depressa e sem conhecimento dos sectores junto dos quais visaria surtir efeito. E no caso de não ser levada a cabo, seria esperada a reacção, desses sectores, uma reacção menos ocupada em atacar o manobante (até pela sua alta função) do que em retirar-lhe apoio e inviabilizar-lhe consumação ulterior.

No seu todo, nada neste momento indica que se venha muito depressa a recolocar a situação da semana passada. Antes parece que o general Spínola se debruça agora, outra vez, sobre a política africana, designadamente com a preocupação de parar o processo em aceleração em Moçambique.

Poderia, então suceder que nas próximas semanas encarássemos pequenos afloramentos de um confronto mais generalizado. O caso de Moçambique e a solução que lhe foi dada pode ser exemplar.

Conselho de Estado — o cenário

Como já dissemos, o Conselho de Estado é, um pouco, o cenário aonde aparece, de quando em vez, a face visível dos acontecimentos de bastidores.

Umaz vezes nos debates sobre a legislação apreciada, outras vezes em debates sobre os princípios gerais da política governativa, nele tem achado eco a voz

da Comissão Coordenadora do MFA. Nele contudo, não achamos especificidade política particularmente relevante, ao invés do que sucede nos demais órgãos constitucionais. Não que o seu papel, teoricamente moderador, não seja importante. Mas é o mais em termos de poder legal do que de poder real.



António de Spínola, Costa Gomes e Salgueiro Maia



Álvaro Cunhal, Costa Martins e Mário Soares



Magalhães Mota e Sanches Osório

Os três partidos

Quanto ao Governo Provisório civil, a sua relevância indiscutível deriva de três razões muito simples: de dar papel fundamental ao MFA; de acolher a coligação dos três maiores partidos democráticos; de lhe caberem decisões administrativas, que, num tempo de "legalidade revolucionária" (eufemismo que quer dizer permanente derrogação da legislação pelo uso em contrário) valem muito mais do que leis perfeitas que demoram dois meses a elaborar, um mês a aprovar e mais um mês a publicar no "Diário do Governo" (sabe-se lá para receberem que tipo de acolhimento). O MFA tem no governo uma posição essencial, o que lhe dá dividendos (o maior dos quais é o de impedir que os mesmos lugares sejam ocupados por outros), mas pode acarretar inconvenientes (como, por exemplo, a eventual responsabilização maior por uma ineficácia de lentidão governativa).

Os três partidos maiores têm no governo o seu ponto de encontro e a sua grande vantagem sobre os demais. Essa vantagem sensível a todos os níveis, é sobretudo na nomeação de responsáveis pela administração local, tão importante em termos eleitorais. Daí (e não só) que eles, sobretudo o Comunista e o Socialista se mostrem tão atentos à manutenção dessa posição, e à não entrada de novos partidos para o governo.

Claro que se as cartadas dos três partidos passam pelo governo, elas se lhe não confinam. Quer o PCP quer o PSP quer o PPD, jogam noutros quadrantes relativamente ao MFA, como relativamente à opinião pública em geral. A essas cartadas há que juntar os do MDP-CDE que, apesar de não representado no governo, tem mantido relações próximas com o MFA.

Já os partidos de direita parecem manter relações preferenciais com alguns membros da Junta e apoiar qualquer alternativa que significasse a abolição das estruturas do MFA. Se o PCP (e o MDP-CDE) têm tentado ser constantes nas suas relações com certos sectores do MFA (como já o fora antes do 25 de Abril), o PSP aparece com mais força depois do golpe Palma Carlos. O PPD aparece, por outro lado, para certos sectores do MFA como via moderada, mas não direita capaz de evitar um confronto em potência entre as linhas da Comissão Coordenadora e as de inspiração Spinolista.



Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho

Quem tem o poder em Portugal?

A mingua de critérios democráticos pacíficos para se saber quem realmente manda em Portugal, pode suceder que as várias forças em presença tenham a tentação (perigosa) de apurar o poder real por meios militares. Para já afigura-se-nos pouco provável a hipótese.

Primeiro, porque se no 25 de Abril houve uma razão poderosa para um levantamento militar generalizado — terminar com um regime opressivo —, o momento presente não parece motivar suficientemente nenhuma das partes. Sobretudo, enquanto se vislumbra a mínima hipótese de confronto efectivo entre blocos militares.

Segundo, porque ainda parece possível aos vários sectores promover e manter o binómio difícil existente há quatro meses. E a política faz-se muitas vezes dessa sucessão longa de cedências recíprocas (sempre mais de um lado do que de outro) como mal menor para ambas as partes do que a ruptura efectiva.

Até porque, cada uma delas, pensa que a próxima jogada de antecipação será sua.

Finalmente, há um homem, desde 1961, para muitos um enigma, para outros uma certeza, que se

chama Costa Gomes e cujo prestígio nas Forças Armadas é de molde a condicionar qualquer passo apressado ou iniciativa temerária. Quando se pensa na evolução política portuguesa, não é possível abstrair-se desta peça importante no xadrez existente.

Para nós, contudo, a perspectiva mesmo remota de um confronto é preocupante.

Mesmo se o confronto é feito de uma série de pequenas conquistas e derrotas não bélicas. Mesmo se ele apenas (?) se traduz num clima permanente de incerteza política quanto ao futuro.

O programa do MFA é claríssimo ao apontar para as eleições de Março próximo, como primeiro passo da criação de um efectivo regime democrático em Portugal. Compete à presente estrutura constitucional criar condições equitativas para que esse acto seja possível, no tempo devido (sem adiamentos) para que a democracia seja uma realidade irreversível entre nós. Será pedir muito pedir que ninguém (por legítimos que considere os seus motivos) viole ou contribua para violar esse ponto fundamental da constituição em vigor?